



Recuperar a formação profissional



POR

**Manuel Reis
Campos**

Presidente da AICCOPN

A escassez de mão de obra especializada é um problema grave que a economia portuguesa enfrenta. Não se trata de uma situação nova, mas de uma questão para a qual há muito vimos alertando. Se os cursos superiores, na área da construção, estão novamente a ser procurados pelos jovens, há que perceber que este é um processo longo e que, no imediato, não terão capacidade de dar resposta às necessidades atuais. Por outro lado, continuamos a assistir à deterioração do papel que deverá ser desempenhado

pelos centros de formação profissional, em particular os de gestão participada, que tinham por principal missão formar e reconverter os futuros profissionais dos vários setores, promovendo a sua inserção direta no mercado de trabalho e nas empresas.

Há que ter presente que, no atual contexto, marcado por profundos processos de reconversão da estrutura produtiva, a sua importância ganha maior relevância, como é manifesto no caso do setor da construção. Num período em que a atividade recupera, vivemos um desenvolvimento ímpar, ao nível dos desafios tecnológicos, nomeadamente com a introdução de novos materiais e metodologias inovadoras, a rentabilização dos recursos de eficiência energética, a automação da informação na construção, digitalização da construção, bioconstrução, com a reabilitação urbana e a internacionalização. Re-

cuperar a formação profissional é essencial para o setor e para o país.

Os centros de rede setorial, adstritos ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, têm as potencialidades formativas adequadas para promover os cursos de forma integral, correspondendo às necessidades e novas realidades do mercado. Por isso, a sua missão deve ser valorizada e não desvirtuada. Se atribuírem aos agrupamentos de escolas competências que deveriam caber aos centros de gestão direta e de gestão participada do Instituto do Emprego e Formação Profissional, desperdiçam-se os recursos que estes centros dispõem, em particular na área da construção. Na verdade, o "seu a seu dono" e o Ministério da Educação não está, por natureza, vocacionado para esta função. Por isso, há que questionar: porquê alterar uma metodologia que tão bons resultados sempre produziu?